

Principais índices brasileiros na Bolsa de Nova York derretem



Os principais ETFs (fundos de índice) brasileiros negociados na Bolsa de Nova York têm forte queda nesta quinta-feira (11). O MSCI recua 6,2% e o Brazil Titans 20, 6,9%. O movimento reflete uma realização de ganhos de investidores, após fortes altas no mercado acionário nas últimas semanas, enquanto há receio de que uma segunda onda de casos de coronavírus aconteça, enquanto países que retomam atividades. Nos Estados Unidos, o número de infecções voltou a aumen-

tar, após semanas de queda.

Também pesa para o viés negativo o tom cauteloso do Fed, banco central americano, na véspera. A autoridade prevê uma queda de 6,5% do PIB (Produto Interno Bruto) americano este ano, com alto nível de desemprego até 2022. Segundo o Fed, ainda não é possível tirar conclusões de longo prazo sobre os recentes indicadores econômicos positivos, como a queda do desemprego no país.

O índice S&P 500 cai 2,6%, Dow Jones re-

cuja 3,7% e Nasdaq, 2,6%.

Já o barril de petróleo Brent (referência internacional) cai 6,7%, a US\$ 38,93, com o aumento dos estoques nos EUA.

No Brasil, a Bolsa de Valores de São Paulo está fechada por conta do feriado de Corpus Christi, mas as ADRs (recibo de ações negociados nos EUA) acompanham a queda do mercado. As ADRs da Vale caem 5% e as da Petrobras, 6%.

As ADRs da Gol despen- cam 16,7% e as da Azul, 19,7%

Apple crava máxima histórica e vale "um Brasil" na bolsa

A Apple, a maçã ícone do pecado americano, atingiu ontem seu maior preço da história, avaliada 1,491 trilhão de dólares, nada menos do que 7,27 trilhões de reais.

A queda na venda iPhones durante a pandemia no segundo trimestre fiscal da companhia, terminado em março, não abalou a confiança dos investidores. Página -08

Economia



UE põe acordo com Mercosul na geladeira à espera de melhor momento, diz consultoria

A União Europeia colocou na geladeira o acordo de livre comércio com o Mercosul à espera de condições

políticas mais favoráveis, afirma análise da consultoria Eurasia, uma das principais companhias de avaliação de risco político.

Segundo o diretor para a Europa da consultoria, Emre Peker, e o analista para o Brasil Filipe Gruppelli Carvalho, a desconfiança crescente de europeus de que o Brasil tenha compromisso com metas climáticas e ambientais estreitou as margens de negociação do acordo.

Página -03

Tecnologia



Debêntures verdes vão impulsionar investimentos em renováveis

O Ministério de Minas e Energia (MME) afirmou

que as debêntures verdes lançadas por decreto na última sexta-feira vão impulsionar investimentos de mais de R\$ 170 bilhões até 2029 em fontes de energia renováveis, acrescentando 36 mil megawatts de capacidade instalada no sistema.

Página -05



No Mundo

Europa vai barrar a entrada de brasileiros enquanto pandemia não estiver controlada

Países europeus vão barrar a entrada de quem vive em locais em que a pandemia do novo coronavírus não está controlada quando abrirem suas fronteiras externas, o que está previsto para 1º de julho, informou nesta quinta (11) a Comissão Europeia (poder Executivo do bloco).

A lista de países que terão entrada permitida começará a ser elaborada nesta quinta; na prática, residentes no território brasileiro serão impedidos de entrar na Europa enquanto o Brasil não controlar a doença.

Segundo a comissária para os Assuntos Internos, Ylva Johansson, a situação epidemiológica de cada nação será o principal critério de decisão sobre quem terá acesso ao território europeu, e a lista será ampliada aos poucos.

“Como a situação da

saúde em certos países terceiros permanece crítica, a Comissão não propõe um levantamento geral da restrição de viagens nesta fase. A restrição deve ser levantada para os países selecionados com base em um conjunto de princípios e critérios objetivos”, afirma comunicado da UE.

O Brasil tem o segundo maior número de casos no mundo e caminha para ultrapassar o Reino Unido e ter o segundo maior número de mortes, mostram dados de um consórcio formado por veículos jornalísticos brasileiros. Além disso, a taxa de contágio no Brasil continua acima de um, o que indica transmissão fora de controle.

Além da situação da pandemia, o bloco vai avaliar também a capacidade de aplicar medidas de contenção

durante a viagem e medidas de reciprocidade (neste caso, para barrar a entrada dos que não abrirem suas portas aos europeus).

A Comissão Europeia também quer que todos os 27 países membros e os outros quatro que fazem parte da zona Schengen (Islândia, Noruega, Suíça e Liechtenstein) encerrem todos os controles nas fronteiras internas até 20 de junho, mas recomenda que a abertura seja feita já na próxima segunda (15).

A restrição à entrada de não europeus, que expira no dia 15, será prorrogada até 30 de junho, e, segundo a comissária, a abertura a viajantes de fora do bloco e da zona Schengen deveria acontecer apenas depois que os controles internos forem retirados.

Ana Estela de Sousa Pinto/Folhapress



México bate recorde de novos casos de covid-19 em 24 horas



Com 4.883 casos confirmados de covid-19 de ontem para hoje, o México bateu recorde de novos registros da doença nas últimas 24 horas. O número é 4% maior que o do dia anterior. No mesmo período, foram contabilizadas 708 mortes.

Até o momento, o México registra 129.184 casos confirmados de contaminação pelo novo coronavírus e 15.357 mortes. A maioria dos casos se concentra na Cidade do México (33.173).

O país vive o 11º dia da “nova normalidade”, processo de retomada gradual das atividades econômicas.

O plano mexicano traça uma reabertura por etapas sinalizadas por um semáforo com quatro cores (vermelho, laranja, amarelo e verde) para indicar maiores e menores restrições. O vermelho significa maiores restrições e o verde, a volta de todas as atividades. A ideia foi implementada no dia 1º de junho em todo o país.

Ontem, o país se encontrava na cor “vermelha”, fase em que podem funcionar somente atividades essenciais, além de mineração, construção e transporte.

Atualmente, estão liberadas para funcionamento as seguintes atividades: restaurantes, apenas para entregas; cabeleireiros, apenas com atendimento em domicílio; parques, com no máximo 25% de sua capacidade; supermercados, com 50% da capacidade e autorização de entrada para apenas uma pessoa por família; e atividades esportivas (partidas) sem público, de portas fechadas.

De acordo com o Centro de Ciência e Engenharia de Sistemas (CSSE) da Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos, o México ocupa o quinto lugar, nas Américas, em número de casos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (2.000.600), do Brasil (772.416), Peru (208.823) e Chile (148.456).

Marieta Cazarré/ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Economia

Bolsa de Nova York comunica que vai deslistar Latam após pedido de recuperação judicial

A Bolsa de Nova York (NYSE) anunciou na terça-feira (9) que sua equipe de regulação determinou a imediata suspensão das negociações de ADS (American Depository Shares, que representam ações) do Grupo Latam Airlines.

Em 26 de maio, a NYSE havia anunciado que começaria os procedimentos para retirar a empresa área das companhias com ações listadas.

Segundo comunicado, a empresa teve o direito de solicitar, até a terça-feira, a revisão das determinações perante o corpo de diretores da bolsa. No mesmo dia, a Latam informou que não exerceria esse direito.

Por isso, diz a NYSE em

comunicado, a bolsa agora suspende as negociações das ADS e dará início à deslistagem dessas aplicações junto à SEC (a CVM dos Estados Unidos).

A Latam Airlines comunicou no dia 26 de maio que a companhia e suas afiliadas no Chile, Peru, Colômbia, Equador e Estados Unidos estavam recorrendo à proteção contra falência nos EUA.

O grupo informou que suas afiliadas na Argentina, Brasil e Paraguai não foram incluídas no documento.

“À luz dos efeitos da Covid-19 no setor de aviação mundial, esse processo de reorganização oferece à Latam a oportunidade de trabalhar com os credores do grupo e outras partes interessadas para

reduzir sua dívida, acessar novas fontes de financiamento e continuar operando, enquanto permite ao grupo transformar seus negócios para essa nova realidade”, afirmou a companhia na mensagem.

A empresa deverá requisitar o chamado Capítulo 11 (lei americana que concede prazo às empresas para se reorganizarem financeiramente e que equivale à recuperação judicial no Brasil).

A maior companhia aérea da América Latina afirmou que conseguiu financiamento de acionistas, incluindo as famílias Cueto e Amaro e Qatar Airways, para fornecer até US \$ 900 milhões (R\$ 4,90 bilhões) em financiamento de devedores em posse.

Folhapress



UE põe acordo com Mercosul na geladeira à espera de melhor momento, diz consultoria



A União Europeia colocou na geladeira o acordo de livre comércio com o Mercosul à espera de condições políticas mais favoráveis, afirma análise da consultoria Eurasia, uma das principais companhias de avaliação de risco político.

Segundo o diretor para a Europa da consultoria, Emre Peker, e o analista para o Brasil Filipe Gruppelli Carvalho, a desconfiança crescente de europeus de que o Brasil tenha compromisso com metas climáticas e ambientais estreitou as margens de negociação do acordo.

As conclusões vão na mesma direção de análises feitas à Folha por diplomatas e consultores que acompanham de perto os trabalhos nos dois blocos econômicos, e ganhou força com dados recém-divulgados de recorde de desmatamento na Amazônia.

“Para os europeus, a maior ameaça ao acordo é o presidente Jair Bolsonaro e sua desconsideração pela preocupação global com o fraco histórico ambiental do Brasil e o crescente desmatamento na Amazônia”, escrevem os analistas da Eurasia.

Para que um acordo comercial passe a valer na União Europeia, precisa passar por várias etapas, que começam

na Comissão Europeia -Poder Executivo do bloco, responsável por escrever os regulamentos comuns europeus e negociar tratados comerciais.

Quando terminam as negociações, é redigido um documento do acordo, que precisa passar por revisão legal nos dois blocos e tradução para todas as línguas dos países membros antes de ser assinado. O acordo entre Mercosul e UE está na fase da revisão legal, e seus problemas mal começaram.

Uma vez assinado, ele se torna uma proposta oficial de acordo comercial, que precisa ser aprovada por agentes políticos em três níveis -e já há oposição explícita ao tratado em todos eles no lado europeu.

O acordo só vale se tiver unanimidade no Conselho Europeu (órgão que reúne os líderes dos 27 países membros) e maioria no Parlamento Europeu (705 eurodeputados formam o Legislativo da UE).

Também precisa passar pelos parlamentos nacionais e regionais (no caso de federações, como a Bélgica); se for reprovado em qualquer uma dessas instâncias, ele volta à estaca zero.

Ana Estela de Sousa Pinto/Folhapress

Política

TJ-SP dribla lei, exclui R\$ 1 bi em gastos com funcionários e abre espaço para novas despesas, aponta TCE

Com dificuldades em ajustar os seus gastos aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o Tribunal de Justiça de São Paulo registrou pagamentos feitos a funcionários públicos como se não fossem despesas com pessoal.

Essa prática contábil permitiu que o tribunal não tivesse despesas barradas pela lei e pudesse nomear juízes e servidores aprovados em concurso público —embora a posse desses magistrados tenha sido suspensa devido à Covid-19. Também abriu caminho para que o tribunal loteasse funcionários em cargos comissionados que atuam junto à cúpula da corte.

De acordo com relatório de fiscalização do TCE (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) finalizado em 20 de março deste ano, o TJ não contabilizou em 2019 aproximadamente R\$ 1 bilhão em gastos com servidores. O

documento foi obtido pela reportagem.

Essas despesas incluem reajuste de magistrados e demais funcionários (R\$ 328 milhões), reembolsos de férias (R\$ 449 milhões) e de licenças-prêmio (R\$ 237 milhões) não gozadas.

Procurado, o Tribunal de Justiça diz que segue uma interpretação da Constituição em relação aos reajustes.

Já sobre os reembolsos de férias e licença-prêmio, o TJ diz que faz esse tipo de cálculo desde 2003 e, mesmo assim, sempre teve suas contas aprovadas pelo TCE —acontece que esse cálculo não era um dado analisado detalhadamente até agora.

Segundo a fiscalização do TCE, “não há previsão legal” que permita a exclusão dos valores de férias e licenças-prêmio “para fins da apuração da despesa com pessoal”. O TJ, atualmente, inclui esses valores como “indenizações e restituições trabalhistas”.

O órgão de contas cita como referência o manual de demonstrativos fiscais da Secretaria de Tesouro Nacional, que define o que compõe despesa com pessoal.

O manual “destaca as despesas que são dedutíveis e, ainda, que a despesa com indenizações por férias e licença prêmio não gozadas por servidores em exercício são espécies remuneratórias e não podem ser deduzidas”.

Caso tivesse contabilizado esse R\$ 1 bilhão como despesa de pessoal como prevê o TCE, o TJ ultrapassaria o limite total de gastos com funcionários e ficaria impedido de fazer qualquer medida que implicasse em aumento de despesas.

Segundo o TCE, o TJ “estaria acima do permitido na LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal] para despesa total de pessoal” e teria não só que evitar fazer novos gastos, como também cortá-los.

José Marques/Folhapress



Novo ministério unificará políticas de comunicação do governo



O governo federal editou medida provisória (MP) recriando o Ministério das Comunicações. O órgão havia sido incorporado ao Ministério da Ciência e Tecnologia durante a gestão de Michel Temer, em 2016, na formação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). O deputado Fábio Faria (PSD-RN) ficará à frente da nova pasta.

O órgão manterá as funções de política pública que antes estavam na pasta comandada por Marcos Pontes e ganhou também as atividades de comunicação institucional, até então a cargo da Secretaria de Comunicação (Secom), dirigida por Fábio Wajngarten que, agora, será o secretário-executivo do novo órgão.

Entre as atribuições da Secom está a coordenação da comunicação de governo, das ações de publicidade e da atuação nas mídias digitais. Vinculada à Secom também está a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que controla a Agência Brasil, a TV Brasil e diversas rádios, como a Rádio Nacional, a Rádio Nacional da Amazônia e a Rádio MEC.

De acordo com a MP 980, ficam sob a responsabilidade do novo Ministério das Comunicações as políticas nacionais de radiodifusão, de telecomunicações, os serviços postais, a política nacional de comunicação e divulgação do governo federal, o relacionamento do Executivo com a imprensa, a pesquisa de opinião pública e o sistema brasileiro de televisão pública.

Quarta (10) à noite, o presidente Jair Bolsonaro falou na saída do Palácio do Alvorada a respeito da medida. “Não haverá aumento de despesas, nenhum cargo foi criado a não ser o ministro. Conversei com Marcos Pontes, não teve nenhum problema. Não é um profissional do setor, mas tem conhecimento, até por aquela vida que tem junto à família do Silvio Santos”, declarou.

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ainda que, no caso da EBC, o intuito é tirar a emissora da empresa (TV Brasil) do “traço” (termo utilizado para apontar baixa audiência de uma estação de TV) e, em seguida, privatizar a empresa.

Jonas Valente/ABR

Debêntures verdes vão impulsionar investimentos em renováveis

O Ministério de Minas e Energia (MME) afirmou que as debêntures verdes lançadas por decreto na última sexta-feira vão impulsionar investimentos de mais de R\$ 170 bilhões até 2029 em fontes de energia renováveis, acrescentando 36 mil megawatts de capacidade instalada no sistema.

Segundo o MME, as debêntures verdes, que visam projetos de infraestrutura que proporcionem benefícios ambientais ou sociais rele-

vantes, vão dar novo impulso por criar condições mais favoráveis de financiamento. Poderão usar o instrumento projetos de pequenas centrais hidrelétricas, centrais geradoras eólicas, usinas fotovoltaicas e usinas movidas a resíduos sólidos urbanos (o conhecido lixo produzido em nossas cidades).

A expectativa do MME é de que serão implantados no País, nos próximos 10 anos, “mais de 3.000 MW em novos projetos de pequenas centrais

hidrelétricas, mais de 25.000 MW em novas centrais geradoras eólicas e mais de 8.000 MW em novas usinas fotovoltaicas”, disse em nota.

Em relação ao setor de resíduos sólidos urbanos para geração de energia, o MME destacou que as usinas possibilitarão reduzir a contaminação do solo e das águas provocada pelos mais de 2.500 “lixões” ainda ativos no país e atrair investimentos de R\$ 5 bilhões até 2029 e gerar milhares de empregos.

Biznews



Privatização lunar? Entenda o plano dos EUA para explorar comercialmente a Lua



A Nasa está sob grande pressão para voltar a levar humanos para a Lua até 2024. A meta é ambiciosa mas, mesmo diante do ceticismo de alguns, a agência espacial americana está redobrando suas apostas na exploração lunar.

Como parte do programa Artemisa, que planeja levar a primeira mulher e o décimo terceiro homem à Lua desde 1972, a Nasa apresentou recentemente algo chamado de Acordos de Artemisa, no qual deixa claro que seus planos vão muito além de uma mera caminhada no solo lunar.

Esses acordos são um primeiro esforço para organizar a exploração da Lua com fins comerciais.

“É uma nova era para a exploração espacial”, disse no Twitter Jim Bridenstine, administrador da Nasa, no dia 15 de maio, quando apresentou oficialmente os Acordos de Artemisa.

Bridenstine descreveu os acordos como um conjunto de princípios para “criar um ambiente seguro e transparente que facilite a exploração, a ciência e as atividades comerciais para o bem de toda a humanidade”.

A ideia de zonas seguras está de acordo com uma ordem executiva da Casa Branca, de abril deste ano, que afirma que “os americanos devem ter direito a participar da exploração, recuperação e uso dos recursos do espaço exterior”.

Essa mesma ordem executiva estabelece que os Estados Unidos “não veem o espaço exterior como um bem

global comum” e por isso defende que se faça um uso público e privado dos recursos espaciais.

Dmitry Rogozin, diretor da agência espacial russa Roscosmos, se opõe aos Acordos de Artemisa.

“O princípio de invasão é o mesmo, seja na Lua ou no Iraque”, escreveu Rogozin no Twitter quando a imprensa começou a noticiar os acordos, mesmo antes de uma apresentação oficial da Nasa.

Rogozin considera que esta iniciativa vai dar origem a um “novo Iraque ou Afeganistão”.

Dimitri Peskov, porta-voz do Kremlin, disse que os acordos vão necessitar “uma análise exaustiva do ponto de vista do direito internacional existente”, segundo noticiou a revista Newsweek.

Como explica Hanlon, o OST diz claramente que nenhum país pode se apropriar de territórios do espaço, mas não fala nada sobre o uso de recursos extraídos no espaço.

“Se formos olhar isso da maneira mais pessimista ou cínica, não há dúvida de que as zonas seguras são uma forma de reivindicar direito sobre propriedade. É uma forma de dizer ‘não chegue perto de mim’.”

Hanlon, no entanto, diz que é preciso deixar de lado a mentalidade de propriedade de terrenos e conceito de estabelecimento de raízes e pensar como se pode proteger as pessoas, as equipes e o patrimônio – sem chamar isso de propriedade.

Biznews

Geral

Doria anuncia parceria com chineses para produzir vacina contra coronavírus quando ela for aprovada

O governador do estado de São Paulo, João Doria (PSDB), anunciou nesta quinta-feira (11) uma parceria do Instituto Butantan com o laboratório chinês Sinovac para testar e produzir uma vacina contra o coronavírus tão logo esta exista e esteja aprovada para uso.

Ele estima que, após os testes, a vacina poderá estar disponível até junho de 2021.

Trata-se da segunda vacina que será testada e pode ser produzida no estado, se aprovada. A outra será testada dentro de uma parceria da Universidade de Oxford (Reino Unido) com a Unifesp (Universidade Federal de São Paulo).

O anúncio foi feito no Palácio dos Bandeirantes, na zona oeste de São Paulo, em entrevista coletiva sobre medidas contra a pandemia - mais cedo ela antecipara em redes sociais a parceria.

Após a testagem, disse o governador, haverá a transferência da tecnologia para a produção em larga escala pelo Instituto Butantan.

Atualmente, a vacina do laboratório se encontra na fase três. Em nota divulgada em seu site, Sinovac afirma que a vacina foi eficiente na proteção de macacos rhesus.

A vacina é formada pelo vírus Sars-CoV-2 isolado, multiplicado e inativado no laboratório chinês. Recentemente, a empresa recebeu autorização na China para testes em humanos, para verificar segurança, tolerância, dosagem e agenda de imunização. Foram realizados testes no país chinês da fase 1, com 144 voluntários, e 2, com 600 voluntários, e agora a empresa irá conduzir os testes da fase 3 no Brasil em cooperação com o Instituto Butantan.

Segundo o governo, existem 136 vacinas para o

coronavírus em desenvolvimento e 10 em estudos clínicos. “A nossa parceria é com a Sinovac, que é uma vacina de vírus inativado, já teve fase 1 e 2 concluídas na China. Vamos fazer agora a fase 3 no Brasil, com 9.000 voluntários”, disse Dimas Covas, diretor do Instituto Butantan.

“Um coronavírus é introduzido em uma célula, essa célula é cultivada em laboratório, o vírus se multiplica. No final, o vírus é inativado e incorporado na vacina. É uma das vacinas em desenvolvimento em estágio mais avançado do mundo”, acrescentou. Segundo ele, não há vírus vivos na vacina, apenas fragmentos.

Segundo Luciana Leite, diretora do Laboratório de Desenvolvimento de Vacinas do instituto, a fórmula com o vírus total inativado é semelhante à utilizada para a produção da vacina da raiva.

Artur Rodrigues e Ana Bottallo/Folhapress



Setor de citricultura é destaque no agronegócio do estado de São Paulo



Em celebração ao Dia do Citricultor, comemorado na última segunda-feira (8), a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado destaca as várias iniciativas ligadas aos produtores de São Paulo.

“O citricultor é apaixonado! Muitos saíram do setor por questões econômicas, mas muitas famílias continuam batalhando”, salienta Dirceu de Mattos Junior, diretor do Centro de Citricultura do Instituto Agrônomo (IAC), vinculado à pasta.

Vale ressaltar que a data é lembrada desde 1969 no território paulista. Em 51 anos, o setor passou por grandes transformações e o citricultor viu a produtividade dos pomares dobrar, passando de menos de 20 toneladas, por hectare, para as atuais 40 toneladas.

Para cada uma das pressões vivenciadas ao longo das décadas, a ciência, em parceria com o setor de produção, gerou respostas que contribuíram para alavancar esse segmento econômico, que representa 54% da produção brasileira de frutas.

A ideia de Mattos é confirmada por quem cresceu nos pomares. Antonio Carlos Simoneti, citricultor e presidente da Associação Brasileira de Citros de Mesa (ABCM), trabalha nos pomares desde os seus sete anos. “Ser citricultor é uma paixão, herdeiro de família e peguei gosto, tem momentos difíceis, tem momentos de glória, tem problemas com o clima”, conta o produtor, que, aos 42 anos, comenta que a próxima safra deverá ter perdas de 30% em razão da falta de chuva e de temperaturas elevadas, que impactam nas floradas e, consequentemente, no sabor do suco.

Com essa meta, de segunda a sábado, ele se divide entre os pomares paulistas e mineiros, distantes 360 quilômetros. No total, Simoneti produz, por ano, 700 mil caixas de laranjas, tangerinas e limões, que seguem para vários outros Estados. “A citricultura é a cultura que mais gera riqueza no município, que mais gera empregos, por hectare”, afirma, ao comentar o manejo manual das espécies.

Gov.SP

Publicidade Legal

Publique com
Data Mercantil
 A melhor opção para sua empresa
 Faça um orçamento: comercial@datamercantil.com.br

Cecyber Capacitação e Soluções Tecnológicas Ltda.
 CNPJ/ME nº 33.982.072/0001-30 – NIRE 35.235.558.957 – **Edital de Convocação – Reunião de Sócios**
 Ficam convocados os sócios desta Sociedade, para se reunirem em reunião de sócios ("Reunião") a se realizar às 9h00 do dia 22/06/2020, na Avenida Paulista, nº 1.079, 5º andar, São Paulo/SP, para deliberarem a respeito da seguinte Ordem do Dia: a) Discutir e deliberar acerca da exclusão extrajudicial do sócio Daniel Haddad e apuração de haveres; b) Discutir e deliberar acerca da alteração da composição da administração, mediante eleição, reeleição e/ou substituição de administradores; e c) Discutir e deliberar acerca da cessão e transferência de quotas, mediante ingresso de novo sócio.
Informações Gerais: Os sócios deverão apresentar, no escritório Dias Carneiro Advogados, localizado na Avenida Paulista, nº 1.079, 5º andar, São Paulo/SP, com 30 minutos de antecedência, além do documento de identidade, conforme o caso, comprovante da respectiva participação societária, e, se for o caso, instrumento de prolação devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação de sócio. São Paulo, 12/06/2020. CEC Participações S.A. Acionista: Por: Paulo Mordehachvili – Diretor Presidente. (12, 13 e 16/06/2020)

Brasil fica na 20ª posição em ranking de startups

O Brasil entrou na lista dos 20 principais países em um ranking mundial de ecossistemas de pequenas empresas de tecnologia (startups). O país subiu 17 posições e figurou na elite mundial no levantamento que leva em conta a quantidade e qualidade de startups, as instituições de apoio e o ecossistema de inovação como um todo, envolvendo o ambiente de negócios.

O levantamento é realizado pela empresa StartupBlink. Ela analisou 1 mil empresas em 100 cidades de todo o mundo.

Os países mais bem colocados no ranking foram Estados Unidos, Reino Unido, Israel, Canadá e Alemanha. De acordo com os autores, os EUA permanecem bem a frente das demais nações por seu robusto ecossistema de inovação. Figuram também no topo dos 10 primeiros a Holanda, a Austrália, a Suíça, a Espanha e a Suécia.

Juntamente com o Brasil, outro país que galgou posições e entrou no ranking foi Cingapura, ocupando a 16ª posição. Além de entrar no top 20, o Brasil ficou na melhor colocação da América Latina, a frente de Argentina (40º), México (41º) e Colômbia (46º).

O Brasil teve melhor desempenho nos critérios de qualidade das startups e ambiente de negócios. Mas na quantidade, ainda fica bastante atrás dos países mais bem colocados.

São Paulo é o principal centro de inovação, ficando na 18ª posição no ranking por cidades. Além da capital paulista, outras cidades listadas foram o Rio de Janeiro (93ª posição), Belo Horizonte (101ª posição) e Curitiba (183ª posição).

Jonas Valente/ABR

Pérola Distribuição e Logística S/A. – CNPJ/ME nº 06.204.131/0001-77

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido						
Balancos Patrimoniais			Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto						
	2019	2018	Notas	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Total
Ativo/Circulante				7.000	11.716	1.400	19.473	-	39.590
Caixa e equivalentes de caixa	210.951	205.609		-	-	-	-	29.679	29.679
Contas a receber de clientes	14.099	16.700	18b	-	29.679	-	-	(29.679)	-
Tributos a recuperar	73.217	61.399		7.000	41.396	1.400	19.473	-	69.269
Estoque	8.866	9.075		-	-	-	-	8.463	8.463
Devoluções a receber	99.879	110.802	18b	-	8.463	-	-	(8.463)	-
Adiantamentos a receber	402	293		7.000	49.859	1.400	19.473	-	77.732
Outros créditos a receber	12.305	6.996		-	-	-	-	-	-
Créditos c/ acionistas	1.984	-		-	-	-	-	-	-
Outros créditos a receber	200	344		-	-	-	-	-	-
Não circulante	63.296	72.483							
Empréstimo com partes relacionadas	39.725	48.495		-	-	-	-	8.463	29.679
Impostos diferidos	2.693	3.052		-	-	-	-	242	4.116
Consórcios	358	309		-	-	-	-	316	-
Investimentos	9.822	12.730		-	-	-	-	(1.615)	(1.054)
Depósitos judiciais	1.590	482		-	-	-	-	1.862	1.794
Total do realizável a longo prazo	54.188	65.069						7.360	32.960
Imobilizado	7.992	7.230							
Custo histórico	23.112	23.755		-	-	-	-	(10.202)	(10.941)
(-) Depreciações acumuladas	(15.120)	(16.524)		-	-	-	-	209	(2.125)
Intangível	1.117	184							
Custo histórico	1.675	614		-	-	-	-	10.606	(23.216)
(-) Amortização acumulada	(558)	(430)		-	-	-	-	(108)	(178)
Total do Ativo	274.248	278.092							
Passivo/Circulante	160.523	190.415							
Fornecedores	77.379	103.057		-	-	-	-	(5.309)	771
Obrigações tributárias	4.147	4.105		-	-	-	-	8.770	(11.392)
Financiamentos e empréstimos	75.608	78.085		-	-	-	-	144	1.125
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	3.047	3.014		-	-	-	-	(25.677)	10.188
Empréstimos acionistas	-	809		-	-	-	-	43	(1.332)
Consórcios contemplados a pagar	58	98		-	-	-	-	32	442
JCP a pagar	-	838		-	-	-	-	(809)	809
Outras contas a pagar	284	410		-	-	-	-	(838)	566
Não circulante	35.992	18.407							
Financiamentos e empréstimos	22.095	3.827		-	-	-	-	(206)	(263)
Obrigações tributárias	4.814	5.597		-	-	-	-	(17.610)	(5.638)
Provisão para demandas judiciais	8.846	8.604		-	-	-	-	(715)	(211)
Consórcios contemplados a pagar	38	100		-	-	-	-	(1.108)	(482)
Outras contas a pagar	200	279		-	-	-	-	2.859	(232)
Patrimônio líquido	77.732	69.269							
Capital social	7.000	7.000		-	-	-	-	(933)	15
Reserva de incentivos fiscais	49.859	41.396		-	-	-	-	104	(910)
Reserva legal	1.400	1.400		-	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	19.473	19.473		-	-	-	-	-	-
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	274.248	278.092							

Maurício Miguel Elias – Diretor Presidente

Werlei Carlos de Oliveira – Contador – CRC GO nº 13.773/O-0

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

Estok Comércio e Representações S.A.

Balancos Patrimoniais - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)			Demonstração do fluxo de caixa	
	2019	2018	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018	
Ativo / Circulante	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	12.425	15.504	112.150	103.985
Contas a receber de clientes	351.407	355.960	27.604	40.952
Estoque	178.561	156.512	16.529	21.156
Tributos a recuperar	22.345	20.888	-	-
Outros ativos	6.360	7.785	-	-
Não circulante	572.098	556.649		
Realizável a longo prazo	-	-	-	-
Tributos a recuperar	896	604	986	951
Outros ativos	1.403	1.527	5.515	5.528
Depósitos judiciais	21.937	29.929	26.790	20.781
Tributos diferidos	50.833	52.065	29.700	25.777
Outras contas a pagar	75.069	84.125	94.781	-
Imobilizado	203.282	182.005	26.010	21.705
Intangível	10.040	12.005	432.114	335.130
Direito de uso	399.855	-	-	-
Total do ativo	1.260.344	827.536		
Passivo e patrimônio líquido / Circulante	2019	2018		
Fornecedores	92.049	94.295	-	-
Empréstimos e financiamentos	112.150	103.985	-	-
Salários e encargos sociais	27.604	40.952	-	-
Tributos a recolher	16.529	21.156	-	-
Imposto de renda e contribuição social - parcelamento	-	-	986	951
Compras de imobilizado a pagar	5.515	5.528	26.790	20.781
Receitas diferidas	26.790	20.781	29.700	25.777
Dividendos a pagar	29.700	25.777	94.781	-
Passivo por arrendamento	94.781	-	26.010	21.705
Outras contas a pagar	26.010	21.705	432.114	335.130
Não circulante	39.148	36.546		
Empréstimos e financiamentos	-	7.510	-	-
Receitas diferidas	-	669	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	39.148	36.546	-	-
Imposto de renda e contribuição social - parcelamento	7.617	8.317	-	-
Passivo por arrendamento	322.397	-	-	-
Provisão para demandas judiciais	14.428	30.884	-	-
Total do passivo	383.590	83.926		
Patrimônio líquido	815.704	419.056		
Capital social	237.637	237.637	-	-
Reserva de capital	1	1	-	-
Reserva de lucros	189.749	159.878	-	-
Reserva para pagamento baseado em ações	10.416	4.127	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	6.837	6.837	-	-
Total do patrimônio líquido	444.640	408.490		
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.260.344	827.536		
Demonstração do resultado	2019	2018		
Receita líquida	1.201.626	1.124.635		
Custo dos produtos vendidos	(516.126)	(469.234)		
Lucro bruto	685.500	655.401		
Despesas operacionais	(393.454)	(394.225)		
Com vendas	(153.550)	(146.450)		
Gerais e administrativas	(43.486)	(19.680)		
Outras despesas operacionais, líquidas	(590.490)	(560.355)		
Lucro antes do resultado financeiro e tributos	95.010	95.046		
Resultado financeiro	28.764	23.329		
Receitas financeiras	(57.138)	(18.180)		
Despesas financeiras	(28.374)	5.149		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	66.636	100.195		
Imposto de renda e contribuição social corrente	(9.999)	-		
Imposto de renda e contribuição social diferido	(11.232)	(27.165)		
Lucro líquido (prejuízo) por ação (em R\$)	55.405	73.030		
Básico	83,27	109,76		
Diluído	77,48	107,87		
Demonstração das mutações do patrimônio líquido - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)				
	2019	2018		
Lucro líquido do exercício	55.405	73.030		
Pagamento baseado em ações	-	-		
Destinação do lucro líquido do exercício:				
Reserva legal	-	3.652		
Dividendos e JCP deliberados	-	-		
Retenção de lucros	-	45.645		
Em 31 de dezembro de 2018	237.637	13.905		
Lucro líquido do exercício	-	-		
Pagamento baseado em ações	-	-		
Destinação do lucro líquido do exercício:				
Reserva de incentivo fiscal	-	2.410		
Reserva legal	-	2.650		
Dividendos e JCP deliberados	-	-		
Retenção de lucros	-	24.811		
Em 31 de dezembro de 2019	237.637	16.555		

Timbertrust Holdings Investimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 12.414.999/0001-02 – NIRE 35.300.447.832
Edital de Convocação de AGO/E
 Ficam, os Acionistas, convidados a se reunirem em AGO/E, a ser realizada via teleconferência, por decorrência da propagação do vírus COVID-19, em 1ª convocação, no próximo dia 24/06/2020, às 16h00, para cumprir a seguinte Ordem do Dia: AGO: I) tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as contas da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019; II) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em tal exercício; III) eleição e posse da Diretoria; e eleição e posse do Conselho. AGE: Deliberar sobre: I) Empréstimo para implantação de pecuária; II) distribuição de valor advindo da venda da Fazenda Taboca; III) Redução de capital social; IV) alteração dos artigos 15 e 21 do Estatuto Social; V) Seguro Florestal; e VI) análise e deliberação acerca das ações em tesouraria. São Paulo, 10 de junho de 2020. **Henri Dolnikoff** – Diretor Geral. (11, 12 e 13/06/2020)

Acesse nosso site e fique por dentro das principais notícias do dia



www.datamercantil.com.br

Negócios

Apple crava máxima histórica e vale “um Brasil” na bolsa

A Apple, a maçã ícone do pecado americano, atingiu ontem seu maior preço da história, avaliada 1,491 trilhão de dólares, nada menos do que 7,27 trilhões de reais. A queda na venda iPhones durante a pandemia no segundo trimestre fiscal da companhia, terminado em março, não abalou a confiança dos investidores.

A empresa teve alta inferior a 1% na receita líquida do período, para 58,3 bilhões. O resultado foi sustentado, principalmente, pela expansão no faturamento com serviços, já refletindo o aumento dessa demanda gerado pela pandemia e a estratégia de isolamento adotada contra o novo coronavírus.

O desempenho ontem das ações, que subiram 3,16%, levaram a Nasdaq também a sua maior pontuação da

história, que chegou a marcar 10.002 pontos durante o pregão. A valorização da companhia seguiu o noticiário local de que pretende adotar uma solução própria para os microprocessadores de suas máquinas, que hoje são fornecidos pela Intel. Além disso, tudo indica que o cronograma para o iPhone 12 continua de pé, sem abalos pela Covid-19.

Tudo nos valores da Apple é assombroso. O valor de mercado da empresa equivale a 1,8 vez toda a capitalização das 300 companhias abertas listadas na B3, que fechou ontem em 4 trilhões de reais. Outra forma de medir: com o câmbio atual, a companhia vale exatamente o mesmo que todo o PIB do Brasil em 2019, ainda que os críticos não gostem da comparação desses valores.

O recorde da Apple, contudo, não esteve sozinho. Vieram com ela, Amazon (1,297 trilhão de dólares), Facebook (680 bilhões de dólares) e Microsoft (1,439 trilhão de dólares). Todas em destaque em suas máximas históricas. Juntas, elas somam mais de 4,9 trilhões de dólares, ou 24 trilhões de reais — 6 vezes as empresas brasileiras de capital aberto, incluindo as instituições financeiras nesse total. Quando o Google (Alphabet) entra na conta, a soma sobe para 5,9 trilhões de dólares, quase 29 trilhões de reais.

A percepção de valor dessas empresas aumentou junto com os hábitos que ficaram evidentes durante a pandemia e as mudanças de comportamento que devem perdurar, com avanço acelerado da cultura digital.

Exame/Biznews



Com pandemia, dona da Zara tem primeiro prejuízo em quase 20 anos



A Inditex, maior grupo de moda do mundo e dono da marca Zara, reportou prejuízo de 409 milhões de euros no trimestre de fevereiro a abril, ante lucro de 734 milhões de euros no mesmo período do ano passado. É o primeiro prejuízo apresentado desde que a empresa se tornou pública, há quase duas décadas.

Como o trimestre concentrou o período da quarentena mais intensa na Europa, a empresa espanhola foi impactada pelo fechamento de quase 90% de suas lojas. As vendas caíram para quase metade, de 3,3 bilhões de euros para 5,9 bilhões de euros no mesmo período do ano passado.

Amancio Ortega, presidente e fundador da Inditex, perdeu 13,8 bilhões de dólares desde o início do ano. As ações do grupo perderam 17% do valor desde o início do ano, mas abriram o dia em alta de 2% com a divulgação de resultados.

Apesar das perdas no último trimestre, a Inditex vê recuperação nas vendas com a abertura dos mercados e prevê investimentos bilionários na expansão e digitalização das lojas. As vendas digitais cresceram 50% no trimestre, com um salto de 95% em abril.

A Inditex prevê que as vendas online atinjam 25% do total até 2022. No ano passado, essa participação era de 14%.

A queda se manteve em 51% em maio e foi de 34% nos primeiros dias de junho. Em mercados com as lojas completamente abertas, as vendas caíram apenas 16% em junho. Cerca de 965 das 7.000 lojas da empresa já estavam abertas ao final do trimestre, em abril, e a maior parte dos mercados importantes para a empresa devem estar abertos até o final de junho. Até o dia 8 de junho, 5.743 das mais de 7.000 unidades estavam abertas, em 79 mercados.

Apesar da queda em vendas, a empresa não ficou com estoque acumulado — uma preocupação presente no mercado de moda, já que coleções anteriores precisam ser vendidas com desconto e impactam nas margens. O estoque caiu 10% no trimestre e a empresa diz que a flexibilidade do modelo de negócio e de seus fornecedores foi essencial no período.

A empresa afirmou, na divulgação de resultados, que acredita estar com um estoque de alta qualidade e com uma condição financeira sólida.

Exame/Biznews